

The logo for Cromex, featuring the word "cromex" in a white, lowercase, sans-serif font. The letters are positioned across two overlapping blue spheres. The background of the entire page is a vibrant blue with abstract circular shapes and a grid of small white dots in the upper right and lower left corners.

cromex

CARTA DA ADMINISTRAÇÃO

Informações Financeiras 2021 e Parecer da Auditoria

Carta da Administração

Contextos dos Resultado Demonstrações Financeiras 2021/2020

O ano de 2021 foi ainda mais desafiador para **CROMEX S.A** que 2020, onde conseguimos crescer em meio aos efeitos da **COVID 19**, tomamos todas as providencias possíveis para proteger as pessoas, fizemos os ajustes operacionais e otimização dos recursos, bem como, fortalecemos nossa parceria com nossos, clientes de longa data, fornecedores e agentes financeiros vis a vis o cenário de incertezas que se apresentava.

Todavia, **2021** trouxe também outros importantes desafios, além de manter crescimento e posicionamento de mercado de forma sustentável, a retomada da economia provocou grande oscilação da oferta de matérias primas internacionalmente, pressão inflacionária de serviços (fretes, despesas exportação) e aumento dos custos financeiros, (em função dos ajustes progressivos da taxa **SELIC** e aumento da percepção de risco de mercado), redução da oferta de seguro de crédito, aumentos dos custos de exportação, dentre outros desafios operacionais e financeiros pós pandemia. Porém, crescemos 35% em Receitas, melhoramos o mix de produtos através do nosso **R&D** e retomamos nossas exportações com crescimento, por sua vez, e nosso **EBITDA** foi o melhor no contexto operacional dos últimos anos.

Por outro lado, tivemos retomada das exportações para os mercados que estavam fechados ou comprando muito pouco.

GRÁFICO 1: RECEITAS REAIS

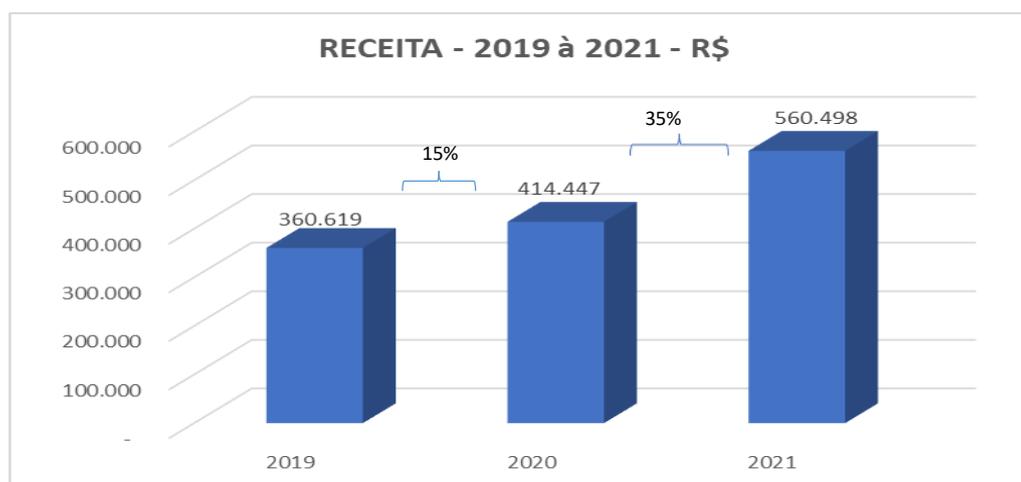
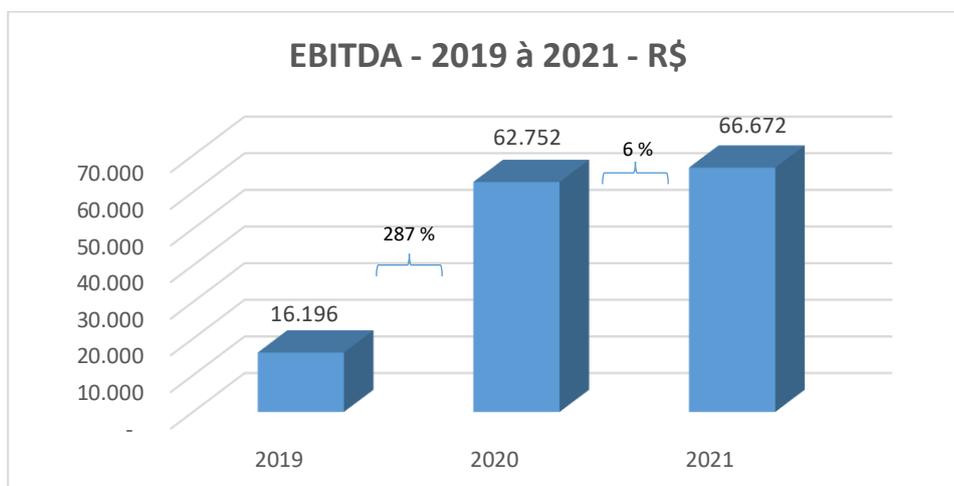


GRÁFICO 2: EBITDA 2019 - 2021



Para **2022**, nossa perspectiva é de crescimento no mercado externo e interno seguindo as diretrizes de nosso Planejamento de Longo Prazo, com foco na excelência operacional, no desenvolvimento de pessoas através de políticas meritocráticas e na melhoria contínua de nossas aplicações, trabalhando sempre próximos de nossos clientes, fornecedores, laboratórios, universidades e Bureau de desenvolvimentos.

Da mesma forma, continuaremos seguindo e aprimorando todos os preceitos das boas práticas de Governança Corporativa e transparência com todos os nossos “stakeholders” e não podemos deixar de agradecer o empenho de todos que contribuíram para o momento atual da **CROMEX S.A.**

CROMEX SA



Cromex S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Cromex S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cromex S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Cromex S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.1 e para as demonstrações financeiras, que indicam que, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia acumulava prejuízos em suas operações no montante de R\$ 85.738 mil, e que o total do passivo circulante excedia o total do ativo circulante em R\$ 137.534 mil, em função, principalmente do saldo de empréstimos e financiamentos. Ainda, conforme apresentado Nota Explicativa nº 1.1, a administração da Companhia vem tomando ações que visam a reestruturação das dívidas junto aos credores e outras medidas de realinhamento de suas operações. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, conforme debatido na Nota Explicativa nº 20, a Companhia possui saldo relevante a receber do acionista controlador Duge Participações Ltda. decorrente de contrato de mútuo no montante total de R\$174.834 mil, cuja realização, diante do contexto descrito na referida Nota Explicativa, dependerá da capacidade da Companhia de gerar resultados positivos para pagamento de dividendos. Em 31 de dezembro de 2021, a eventual não confirmação das referidas ações, juntamente com outros assuntos, conforme descritos na Nota Explicativa nº 1 e na Nota Explicativa nº 20, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, cujo relatório, datado de 30 de junho de 2021, não continha ressalvas, mas continha o mesmo parágrafo sobre “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional” apresentado neste Relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Balço Patrimonial

				Balço Patrimonial			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020		Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.375	5.220	Fornecedores	12	71.094	66.129
Contas a receber	5	100.967	79.028	Empréstimos e financiamentos	11	152.787	140.528
Estoques	6	32.005	15.831	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	23.338	18.395
Impostos a recuperar	7.3	16.446	18.144	Impostos a pagar	7.4	34.185	32.411
Outros		2.609	2.451	Outras contas a pagar		7.676	4.128
				Parcelamento de Impostos	7.5	941	1.802
				Passivo de arrendamento	10	2.915	-
		155.402	120.674			292.936	263.393
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Créditos Ação Judicial		71.145	77.413	Empréstimos e financiamentos	11	72.547	70.452
Partes relacionadas	20	174.934	161.519	Passivo de arrendamento	10	-	1.283
Depósitos judiciais	8	3.171	2.537	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	243	4.713
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.2	2.123	5.301	Partes relacionadas	20	8.955	8.500
Imobilizado	9	26.469	27.945	Provisão para contingências	14	6.172	7.756
Direito de uso	10	2.534	1.206			87.917	92.704
Intangível	9	1.683	1.878	Patrimônio líquido	15		
		282.059	277.799	Capital Social		134.125	134.125
				Reserva de Subvenção		5.100	-
				Ajustes de avaliação patrimonial		3.121	3.121
				Prejuízos acumulados		(85.738)	(94.870)
						56.608	42.376
Total do ativo		437.461	398.473	Total do passivo e patrimônio líquido		437.461	398.473

Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados

Demonstração de resultado			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas	16	560.498	414.447
Custo do produto vendido (CPV)	17	(488.518)	(351.122)
Lucro bruto		71.980	63.325
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	17	(8.633)	(19.188)
Gerais e administrativas	17	(12.693)	(24.498)
Outras receitas (despesas) operacionais líquida	18	12.282	37.134
Lucro operacional antes do resultado financeiro		62.936	56.773
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	17.644	44.668
Despesas financeiras	19	(38.126)	(33.080)
Variação cambial líquida	19	(4.087)	(16.895)
Lucro líquido antes do imposto de renda		38.367	51.466
Tributos Correntes (IR/CS)	7.1	(16.083)	(20.621)
Tributos Diferidos (IR/CS)	7.2.1	(3.178)	2.603
Lucro líquido do exercício		19.106	33.448
Lucro líquido do exercício por ação (R\$)		0,14	0,25

Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras



Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do resultado abrangente		
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do exercício	19.106	33.448
Resultado abrangente do exercício	19.106	33.448

Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de mutações no PL

	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Subvenção	Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio líquido (PL)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	134.125	3.121		(128.317)	8.929
Lucro do exercício	-	-		33.448	33.447
Saldo em 31 de dezembro de 2020	134.125	3.121	-	(94.870)	42.376
Lucro do exercício	-		5.100	14.006	19.106
Saldo em 31 de dezembro de 2021	134.125	3.121	5.100	(85.738)	56.608

Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa			
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do exercício		19.106	33.448
Ajustes ao lucro			
Depreciação e amortização	9	3.824	4.118
Depreciação e amortização Direito de uso	10	2.243	1.715
Encargos e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.1	12.970	7.646
Juros sobre mútuos a receber de partes relacionadas	19	(13.415)	(9.875)
Provisão/reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	(1.583)	3.778
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5	(4.846)	2.766
Provisão para perdas nos estoques	6	(911)	(18)
AVP sobre estoques, clientes e fornecedores	19	(923)	157
Impostos diferidos	7.2	(3.178)	2.603
Outros		3.862	(4.689)
Aumento (redução) dos ativos			
Contas a receber	5	(21.940)	(30.680)
Estoques	6	(15.263)	5.809
Impostos a recuperar	7.3	1.698	523
Crédito decorrente de ação judicial		6.268	(77.413)
Outros ativos		(792)	(1.250)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	12	4.965	1.333
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	(2.373)	7.273
Obrigações tributárias	7.4	3.760	21.037
Partes relacionadas LP		455	8.500
Outros passivos		5.179	554
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais		<u>(896)</u>	<u>(22.666)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível	9	(2.333)	(2.600)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.333)</u>	<u>(2.600)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11.2	831.711	900.533
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	11.2	(825.485)	(873.902)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(4.842)	(3.703)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>1.384</u>	<u>22.928</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.845)</u>	<u>(2.337)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	5.220	7.557
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	3.375	5.220
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.845)</u>	<u>(2.337)</u>

Notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Cromex S.A. (“Companhia” ou “Cromex”) é uma sociedade anônima de capital fechado, 100% nacional, com sede administrativa na Rua Francisco Corazza, 83, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Seus negócios estão na cadeia químico-plástica, participando na terceira geração que reúne os transformadores plásticos, e foram iniciados em 1998, resultado da fusão das empresas Brampac S.A. - Divisão Cromex Resinas e Branco Indústria e Comércio Ltda. - Divisão de “Masterbatches”.

A Cromex tem como objeto social a produção e a comercialização de uma linha de concentrados de cores, os “Masterbatches”, e aditivos para resinas plásticas. Os produtos consistem de insumos industriais que são vendidos nos mercados interno e externo diretamente à conversoras de plásticos ou por meio de distribuidores.

Os principais produtos são:

- Pigmentos de cor: “Masterbatches”- trata-se da principal linha de produtos, tendo como destaque as cores branco e preto, além de coloridos diversos.
- Concentrados de aditivos: compreendem produtos com propriedades aditivas, como por exemplo “*anti-blocking*”, antiestático, deslizante, estabilizadores, entre outros, para aplicação em termoplásticos.

O parque industrial é composto por duas unidades fabris: uma no estado da Bahia (“Planta BA”) e outra no estado de São Paulo (“Planta SP”):

- Planta BA (Simões Filho, BA): dedica-se à fabricação de concentrados das cores branca, preta, coloridos e aditivos, sendo a maior planta de Masterbatches da América Latina;
- Planta SP (São Paulo, SP): dedica-se principalmente à fabricação de concentrados, coloridos e aditivos.

A distribuição dos produtos é realizada por meio do nosso centro de distribuição em Simões Filho (BA) e por meio da contratação de um parceiro na figura de Armazém Geral, localizado na Cidade de Mauá-SP.

As mercadorias são escoadas pelos modais rodoviários (mercado interno e Mercosul) e marítimo no mercado externo.

1.1 Posição patrimonial financeira

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante da Companhia excede o seu ativo circulante em R\$ 137.534 (R\$ 142.719 em 31 de dezembro de 2020), principalmente, em virtude dos empréstimos e financiamentos de curto prazo contratados junto às instituições financeiras no Brasil e no exterior (Nota Explicativa nº 11).

A Cromex S.A. vem conduzindo, ao longo dos últimos anos, processo de realinhamento de suas operações que visam manter a sua capacidade de continuar a financiar suas operações. A liquidação de seus passivos de curto prazo, assim como a reversão do cenário do capital circulante líquido negativo dependem do resultado das medidas adotadas pela Administração para melhorar a performance operacional.

Foram revisitados e otimizados processos e estratégias comerciais para novos produtos e mercados visando recuperação de *“market share”*. O ciclo de conversão de caixa também apresentou melhoras, devido a melhorias na gestão dos estoques conforme demonstração dos fluxos de caixa.

Vale ressaltar que, a maior parte do endividamento da Companhia, não tem origem operacional, sendo originado em 2010 na operação de *“Management Buy Out - MBO”* por meio de emissão de debêntures não conversíveis com o repasse dos recursos e financiamento do seu acionista controlador Duge Participações Ltda., com o propósito de adquirir a participação societária de 50% da Companhia detida na época por outro acionista, considerando o contexto favorável à expansão em que o Brasil se encontrava naquele período. Obviamente, considerando o agravamento da crise econômica iniciada em 2013 com considerável aumento do risco Brasil, perda do grau de investimento, maior volatilidade cambial e cenários de retração de crédito, o endividamento da Companhia foi afetado e por isso era mandatário endereçar de forma efetiva a melhoria do perfil do mesmo.

Como consequência desse repasse, firmou contrato de mútuo em 2 de agosto de 2010, no valor de R\$59.000, remunerado inicialmente pela variação da Taxa Referencial (TR), acrescida de juros anuais. Em janeiro de 2019, foi assinado termo aditivo ao contrato de mútuo alterando os juros contratuais para taxa Selic acrescidos de 0,30% ao mês. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo desse contrato totalizava R\$174.834 (R\$161.519 em 31 de dezembro de 2020). Vide divulgação sobre a recuperabilidade deste saldo na Nota Explicativa nº 20.1.

Em termos nominais, e de margem do EBITDA (informação não auditada), considerando as ações acima, temos:

	Composição do EBTIDA	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Operacional	62.935	56.773
Depreciação e amortização	3.736	5.979
EBITDA (informação não auditada)	66.671	62.752

COVID-19

Em 2021, os efeitos econômicos da COVID 19 à CROMEX, foram inferiores àqueles gerados em 2020. Não obstante, houve redução significativa no faturamento da Companhia, principalmente no primeiro trimestre do ano, havendo uma discreta retomada no segundo trimestre e a recuperação significativa ocorreu no segundo semestre de 2021. Consequentemente, houve uma menor geração de contas a receber (recebíveis) tão importantes na composição do capital de giro da Companhia durante o primeiro semestre.

Houve solicitações de prorrogação dos títulos por parte de nossos clientes, em função da paralisação parcial de suas respectivas atividades. Tomamos todas as iniciativas para composição de acordos evitando negativas de nossos clientes, bem como, bloqueios destes clientes para novos negócios no processo de retomada.

Nossa carteira de clientes em sua maioria é formada por clientes de vários anos, cuja parceria de longa data nos proporcionou mitigar os riscos de inadimplimento e nos ajudou na recuperação dos créditos em médio prazo. Porém, como estratégia, adotamos postura agressiva no mercado para buscar novos clientes e obtivemos êxito na segunda metade do ano. Diante de um mercado cheio de incertezas, devido a pandemia, nossa postura tem gerado novos negócios e proporcionando desenvolvimento de novos produtos.

Contudo, mesmos os casos de nossos clientes que resultaram em recuperação judicial aderimos aos processos de “fornecedor parceiro” para termos chance de recuperação do crédito, todavia diante da conjuntura e dos volumes transacionados não tivemos grandes perdas definitivas neste exercício e os provisionamentos foram baixos.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas a taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

2.2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Cromex.

2.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados a seguir:

- **Tributos diferidos:** Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. A premissa de lucros futuros é baseada na produção, planejamento de vendas, preços de produtos, custos operacionais, reestruturação e planejamento de custos de capital.

- **Redução do valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A Companhia determina seus fluxos de caixa e resultados futuros com base nos orçamentos aprovados pela administração, os quais utilizam as seguintes premissas-chaves: (i) volume e preços de produtos vendidos; (ii) custos e investimentos baseados na melhor estimativa dos projetos com base em desempenhos passados; (iii) vida útil de cada unidade; e (iv) taxas de juros e câmbio estimadas para períodos futuros. Portanto, existe a possibilidade de que mudanças nas circunstâncias alterem essas projeções, o que pode afetar o valor recuperável dos ativos.

- **Processos judiciais e provisão para contingências:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, e incertezas no ambiente legal envolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

- **Vida útil dos ativos imobilizados:** as vidas úteis utilizadas para o cálculo da depreciação dependem de avaliação técnica realizada periodicamente e envolve o julgamento sobre a vida física, tecnológica ou do produto para o qual o ativo é destinado à produção, bem como seu estado físico ou qualidade. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.4 Novas Normas e Pronunciamentos Contábeis Ainda Não Adotados

Uma série de novas normas contábeis serão adotadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber:

- **Contratos Onerosos:** Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Referência à Estrutura Conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – A partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante:** (Alterações ao CPC 26/IAS 1) – A partir de 1º de janeiro de 2023.
- **IFRS 17 Contratos de Seguros:** A partir de 1º de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

2.5 Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2022.

3. Gestão de riscos

A Cromex realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio.

Desta forma, mantém estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado) e o risco de liquidez, mas também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito) e o risco relativo a processos internos inadequados ou deficientes, pessoas, sistemas ou eventos externos (risco operacional), dentre outros.

3.1 Risco de mercado

A Cromex está exposta ao comportamento de diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seus fluxos de caixa. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode eventualmente incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. No caso de contratação de instrumentos financeiros, os mesmos são monitorados mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados e seu impacto no fluxo de caixa.

Considerando a natureza dos negócios e operações da Cromex, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são: taxas de câmbio, taxas de juros, preços de produtos e insumos.

- **3.1.1. Risco de taxas de câmbio e de juros**

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. O risco associado ao câmbio, basicamente, do dólar norte-americano, decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados, afetem os empréstimos em moeda estrangeira e a as contas a pagar decorrentes da importação de matérias-primas.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas e índices de inflação.

Para reduzir o potencial impacto causado por esses riscos, instrumentos derivativos podem ser utilizados como estratégia de mitigação.

Segue análise de sensibilidade de câmbio e juros com prováveis cenários:

Análise de sensibilidade - câmbio e juros					
	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Descrição dos cenários	Projeção Itau para 2022	Alta de 25%	Alta de 50%	Queda de 25%	Queda de 50%
Câmbio médio do período (R\$/US\$)	5,25	6,57	7,88	3,94	2,63
TJLP (% a.a.)	7,73%	9,66%	11,59%	5,80%	3,86%
Taxa Selic média do período (%a.a.)	12,25%	15,31%	18,38%	9,19%	6,13%

Impacto em PL e DRE em R\$ mil							
Instrumento	Valor Base	Risco	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
Empréstimos em moeda estrangeira	66.825	Cambial	(744)	(17.636)	(34.529)	16.148	33.040
Fornecedores em moeda estrangeira	3.874	Cambial	(43)	(1.022)	(2.002)	936	1.915
Clientes em moeda estrangeira	15.527	Cambial	173	4.098	8.023	(3.752)	(7.677)
Empréstimos pós-fixados (R\$ mil)	93.218	Taxa de juros	5.520	3.719	1.918	7.321	9.122
Caixa e equivalentes (R\$ mil)	5.220	Taxa de juros	236	396	556	76	(84)
Impacto total			5.142	(10.445)	(26.034)	20.729	36.316

- **3.1.2. Risco de preços de produtos e insumos**

A Cromex também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de *commodities* e de insumos, tais como resinas, dióxidos e outros derivados de petróleo. Em linha com a política de gestão de riscos, estratégias de mitigação de risco envolvendo *commodities* também podem ser utilizadas para adequar seu perfil de risco e reduzir a volatilidade do fluxo de caixa. Podem ser utilizados instrumentos financeiros derivativos para mitigar esses riscos. Além disso, a Companhia mantém uma metodologia de *pricing* que captura tempestivamente alterações de câmbio e oscilações nos insumos, repassando-as para os preços dos produtos com base nas formulações técnicas. Nesse aspecto, o repasse de preços é praxe do mercado em que a Companhia está inserida, assim, tal ação não representa um risco.

3.2 Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças e Controladoria.

Os detalhes sobre o risco de liquidez da Cromex foram tratados nas Notas Explicativas nº 4 (“Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras”) e nº 11 (“Empréstimos e financiamentos”).

3.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Cromex ao risco de crédito decorre de recebíveis, adiantamentos a fornecedores, investimentos financeiros e créditos com partes relacionadas. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da companhia em um nível aceitável.

Em relação ao crédito comercial, a política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber. A Cromex mantém uma área corporativa de análise de crédito de clientes ligada à tesouraria.

Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência da maior parte dos clientes do exterior, representativos de aproximadamente 85% das receitas de exportação, o que possibilita uma indenização de aproximadamente 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de aproximadamente US\$1,4 milhão, sendo a vigência da apólice anual, compreendendo de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, renovada no início de 2022. Não faz parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Em relação ao risco de crédito com outras contrapartes, a Cromex controla e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

3.4 Risco operacional

A gestão de risco operacional é a abordagem estruturada que a Cromex utiliza para gerir a incerteza relacionada à eventual inadequação ou deficiência de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos, de acordo com os princípios e diretrizes da ISO 9001 - Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGS), motivo pelo qual a sistemática de abordagem e gerenciamentos dos riscos é documentada em procedimento interno.

Os riscos são identificados e mapeados conforme o fluxo de atividades dos processos, e é feita a avaliação da severidade do risco conforme nível de probabilidade e impacto, para os quais são gerados planos de ação robustos, focando na mitigação ou controle desses riscos. Todas as informações são registradas em documentos rastreáveis em pastas na rede corporativa e as ações são monitoradas por meio de sistema informacional, de modo que todo o conhecimento organizacional e histórico de lições aprendidas sobre os riscos fica retidos na Companhia.

Os principais riscos operacionais são monitorados periodicamente, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção e de mitigação existentes e a execução da estratégia de tratamento dos riscos (melhorias em controles existentes, implementação de novos controles, mudanças no ambiente do risco, transferência de parte do risco através da contratação de seguro, constituição de provisões de recursos, dentre outros).

Assim, a Cromex procura ter uma visão clara de seus principais riscos, dos planos de mitigação com melhor custo x benefício e da efetividade dos controles existentes, monitorando o impacto potencial do risco operacional e alocando o capital de forma eficiente, sempre levando em conta das partes interessadas no âmbito interno e externo.

3.5 Instrumentos financeiros

a) Ativos Financeiros não derivativos – classificação e mensuração

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Essa classificação tem como base as características dos fluxos de caixas contratuais e o modelo de negócios para gerir o ativo da entidade, ou pode ser designado no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado de forma irrevogável.

A Companhia mensura os ativos financeiros a custo amortizado quando: os fluxos de caixas contratuais serão mantidos até o final e que seu objetivo é tão somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia mensura os ativos financeiros pelo valor justo por meio de resultado quando o objetivo for a gestão imediata do seu “caixa”, de forma a ter a liberdade para venda ou não de seu ativo. Esses ativos são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender.

Caixa e equivalentes de caixa – representado por numerário existente no caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras em operações compromissadas, mensuradas com base no custo amortizado, com seus efeitos reconhecidos no resultado.

Aplicações financeiras – referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) cujo vencimento é de curto prazo e com alta liquidez e encontram-se disponíveis para negociação. Nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, todas as aplicações financeiras estão mensuradas com base no custo amortizado com os seus efeitos reconhecidos no resultado.

Contas a receber, perdas esperadas de crédito (“PEC”) – os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) apresentados como contas a receber são provenientes das vendas de produtos e serviços, sendo o valor do saldo devedor atualizado monetariamente em conformidade com suas respectivas cláusulas de reajuste e descontado a valor presente. As perdas estimadas de crédito esperadas e perdas de recebíveis, quando necessárias, são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração, considerando os riscos envolvidos, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

b) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas por *impairment*, para todos ativos financeiros avaliados a custo amortizado.

O valor da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros e seu valor contábil, sendo sua diferença reconhecida no resultado do exercício. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente, também impactará na demonstração do resultado.

c) Passivos financeiros não derivativos – classificação e mensuração

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado e mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando do reconhecimento inicial e de forma irrevogável, eliminarem ou reduzirem diferenças entre ganhos e perdas dos descasamentos que ocorreria de mensuração de ativos e passivos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos conforme descritos a seguir:

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e outros instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada (por pagamento ou contratualmente), cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
	31/12/2021	31/12/2020
Caixas e bancos em moeda corrente	669	140
Caixa em moeda estrangeira	551	2.271
Aplicações financeiras de curto prazo	2.155	2.809
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.375	5.220

As aplicações financeiras consistem em aplicações automáticas representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com remuneração média de 20% do CDI em 2021 e 2020. As aplicações financeiras são mantidas como colateral em certos empréstimos mantidos pela Companhia.

O saldo de caixa em moeda estrangeira é composto por cambiais oriundas de vendas de mercado externo que ainda não foram convertidas em moeda local.

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa compreendem: recursos em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização

Aplicações financeiras compreendem os investimentos financeiros com prazos de resgate superiores a 90 dias da data da aplicação, não considerados pela Administração da Companhia como sendo de liquidez imediata ou classificados para serem levados até a data de vencimento. São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo seu valor de mercado ou de realização.

5. Contas a receber

	Contas a receber	
	31/12/2021	31/12/2020
Cientes no país	80.760	71.173
Cientes no exterior	26.657	15.527
	107.417	86.700
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.846)	(4.842)
AVP - Clientes	(1.604)	(2.830)
	100.967	79.028

Os recebíveis de clientes possuem prazos médios de aproximadamente 54 dias no mercado doméstico, em 31 de dezembro de 2021 (54 dias em 31 de dezembro de 2020) e 100 dias no mercado externo, em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	93.147	75.036
Até 30 dias	46.188	43.463
De 31 a 60 dias	31.921	19.432
De 61 a 90 dias	7.848	6.690
Acima de 90 dias	7.190	5.451
Vencidos	12.666	8.834
Até 30 dias	4.206	5.600
De 31 a 60 dias	769	-
Acima de 60 dias	9.295	6.064
AVP - Clientes	(1.604)	(2.830)
	105.813	83.870

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.593)
Complementos	(249)
Reversões	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(4.842)
Complementos	(9)
Reversões	5
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(4.846)

5.1 Risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento, conforme demonstrado no quadro de contas a receber de clientes por idade de vencimento (*aging*) e segregados em grupos de risco, conforme quadros e grupos de risco de crédito apresentados a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Grupo 1	75.721	34.537
Grupo 2	25.544	10.188
Grupo 3	-	30.863
Grupo 4	-	4.480
Grupo 5	6.152	6.632
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.846)	(4.842)
AVP - Clientes	(1.604)	(2.830)
Total líquido	100.967	79.028

Grupos de risco de crédito:

- Grupo 1: clientes tradicionais no mercado interno, compreendendo grandes e médias indústrias, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 2: clientes tradicionais no mercado externo, compreendendo conversores próprios e distribuidores, cujo risco de inadimplência é muito baixo (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 3: demais clientes no mercado interno (vencidos até 180 dias e a vencer);
- Grupo 4: demais clientes no mercado externo (vencidos até 180 dias e a vencer) e
- Grupo 5: clientes vencidos a mais de 180 dias.

Política contábil

Contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das vendas de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. São registradas a valor presente no momento inicial e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- a) Conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras,
- b) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de *impairment*;
- c) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2021. As perdas foram registradas contabilmente em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado.

6. Estoques

	Estoques	
	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	9.811	3.545
Produtos de revenda	5	-
Matérias primas	16.091	9.801
Materiais auxiliares e de embalagem	2.688	1.125
Importações em andamento	843	113
Almoxarifado	2.761	2.352
Provisão para perdas	70	(841)
(-) Ajuste do Estoque ao Valor Justo	(264)	(264)
	32.005	15.831

Os estoques de produtos acabados são armazenados em nossa unidade no Estado da Bahia, quando destinados aos mercados Norte e Nordeste, bem como exportações partindo do porto de Salvador. Os produtos vendidos nos mercados Sudeste, Centro-Oeste e Sul ou destinados à exportação partindo do porto de Santos são armazenados em nosso parceiro logístico terceirizado em São Paulo.

A movimentação da provisão para desvalorização dos estoques é apresentada a seguir:

Movimentação de prov. de perda de estoque	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	841
Adições/baixas	(911)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(70)

Política contábil

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. Os custos de produção são determinados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos à produção, mensurados pelo método de custo médio. Reconhecemos estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação. Os impostos e as demais despesas referentes às aquisições são incluídas no custo, exceto os impostos recuperáveis, que são contabilizados em conta específica.

As importações em andamento referem-se principalmente às aquisições no exterior na modalidade *Cost and Freight - CFR*, nas quais a Companhia possui riscos e responsabilidades pelo frete.

A provisão para perdas é baseada na análise dos estoques com relação à estimativa do valor de realização, tendo em conta os preços estimados, líquidos de impostos e gastos para vender, levando em consideração a idade e o estado físico desses estoques.

7. Tributação: impostos e contribuições correntes e diferidos

Tributos correntes (IRPJ e CSLL)

A tabela a seguir demonstra a despesa com os tributos incidentes sobre o lucro e sua reconciliação à alíquota nominal vigente:

	Tributos sobre o lucro: IRPJ e CSLL	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributos correntes	(16.083)	(20.621)
Tributos diferidos	(3.178)	2.603
Total	(19.261)	(18.018)
Lucro antes das tributações / resultado tributado	38.367	51.466
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.045)	(17.498)
Efeito adições temporárias	(6.219)	(12.134)
Adições Permanentes	(235)	431
Implantação de saldo de impostos diferidos em 01/01/2018	-	1.073
PAT e Diferença Adicional do IR (10%)	238	-
Consumo do Prejuízo Fiscal Acumulado	-	10.109
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(19.261)	(18.018)

Impostos Diferidos

	Impostos diferidos	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo fiscal diferido/tributos diferidos:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	690	-
Diferenças temporárias:		
Provisão para perdas de estoques	-	181
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56	2.358
Provisão para Contingências	-	1.670
AVP de estoques e Fornecedores	-	618
Ajustes da Receita	(417)	(1.906)
Demais provisões	1.794	2.380
Ativo fiscal diferido, líquido	2.123	5.301

Movimentação impostos diferidos

	Movimentação dos impostos diferidos				
	31/12/2020	Ativo fiscal diferido/tributos diferidos	Diferenças temporárias:	Variação total do diferido 2021	31/12/2021
Ativo fiscal diferido, líquido	5.301	690	(3.868)	(3.178)	2.123

Impostos a recuperar

	Impostos a recuperar	
	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	4.985	851
IPI	1.934	2.834
IRPJ/CSLL	5.893	793
PIS/COFINS	3.510	13.542
Outros	124	124
	16.446	18.144

	Créditos Ação Judicial	
	31/12/2021	31/12/2020
Não Circulante		
CRÉDITOS AÇÃO		
FISCAL	71.145	77.413
	71.145	77.413

Em 2020, o processo judicial da Cromex, que trata da exclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, impetrado em 2007 teve seu trânsito em julgado e seu pedido de habilitação do crédito deferido pela Receita Federal do Brasil. O valor total do crédito deferido foi de R\$ 90.856, sendo R\$ 50.569 de principal e R\$ 40.287 de juros (Selic). A Administração, com amparo jurídico em 2018, reconheceu na rubrica de Impostos a Recuperar o valor de R\$ 12.783, e em 2021 após o desfecho do processo, reconhece a diferença de R\$ 71.145 na conta de Créditos de Ação Judicial (em 2020 fora reconhecido R\$ 77.413).

Impostos a pagar

A tabela a seguir demonstra o saldo de impostos a pagar:

	Impostos a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020
Impostos correntes		
ICMS (a)	1.580	5.070
IRPJ/CSLL a Recolher (b)	28.068	21.029
PIS/COFINS	4.442	6.234
Outros	95	78
	34.185	32.411
	34.185	32.411
Circulante	34.185	32.411

(a) A unidade industrial localizada no Município de Simões Filho, no Estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS na forma de subvenção para investimento, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. O incentivo que soma R\$2.834 em 31 de dezembro de 2020, foi concedido até outubro de 2019, e corresponde à dilatação do prazo de pagamento do ICMS de 90% do saldo devedor mensal, limitado a 72 meses.

Sobre a parcela do ICMS apurada mensalmente, com prazo dilatado, incidirão juros correspondentes a 85% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Em agosto de 2019, a Cromex migrou para o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND, que oferece o crédito presumido de 80% (oitenta por cento) do ICMS apurado pelo prazo de 08 (oito) anos a partir de 01 de agosto de 2019.

(b) O valor de IRPJ e CSLL em 31/12/2020 foi impactado significativamente pelo registro do crédito extemporâneo do ICMS (exclusão da base de PIS e COFINS). O Imposto não foi recolhido aos cofres públicos e a empresa entrará com uma ação judicial, para retirar a tributação da SELIC. Neste momento a cia aguarda um REFIS para regularização.

Parcelamento de Impostos

	Parcelamento de Impostos	
	31/12/2021	31/12/2020
Impostos parcelados		
Lei nº11.941/09 - REFIS	941	1.802
Circulante	941	1.802

Política contábil

Os impostos correntes, sejam sobre a receita ou o lucro, são calculados com base nos regulamentos tributários brasileiros promulgados nas datas dos balanços e são registrados como despesa ou receita com base na sua apuração fiscal.

Os incentivos fiscais são reconhecidos diante da razoável segurança de atendimento das condições estabelecidas pelas autoridades governamentais fazendárias e tributárias. Os recursos oriundos desse benefício são reconhecidos na rubrica “Receita líquida”.

A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício (regime de tributação do Lucro Real), que pode divergir do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O reconhecimento dos tributos diferidos é baseado nas diferenças temporárias na data do balanço entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, bem como dos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos quando a recuperabilidade destes ativos não for provável.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A recuperação do saldo de créditos fiscais diferidos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

8 Depósitos Judiciais

Depósitos Judiciais		
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	801	303
Tributários	2.354	2.218
Outros	16	16
	3.171	2.537

Política contábil

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. São atualizados e, quando aplicável, podem ser apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, a menos quando ocorrer desfecho favorável da questão para a Companhia.

9 Imobilizado e intangível

		IMOBILIZADOS									
		TERRENOS	EDIFÍCIOS	INSTALAÇÕES	MÁQ. E EQUIP.	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	EQUIPAMENTOS TI	BENF. EM IMOV. DE TERCEIROS	IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	OUTROS	TOTAL IMOBILIZADO
Saldo em	31.12.2020	45	8.446	7.888	11.099	363	(1.084)	1.330	3.247	(3.390)	27.945
	Custo	45	12.192	19.027	56.177	2.125	4.106	3.075	3.247	772	100.765
	Depreciação/Amortização acumulada	0	(3.746)	(11.138)	(45.078)	(1.761)	(5.190)	(1.745)	0	(4.161)	(72.820)
Saldo em	31.12.2020	45	8.446	7.888	11.099	363	(1.084)	1.330	3.247	(3.390)	27.945
	Depreciação, amortização e exaustão	0	(355)	(1.655)	(3.781)	(91)	1.183	(168)	(207)	1.265	(3.809)
	Adições	0	0	359	1.935	0	19	0	0	20	2.333
	Baixas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo em	31.12.2021	45	8.091	6.592	9.252	271	118	1.162	3.040	(2.104)	26.469
	Custo	45	12.192	19.367	55.824	2.125	4.124	3.075	3.040	3.405	103.197
	Depreciação/Amortização acumulada	0	(4.101)	(12.775)	(46.571)	(1.853)	(4.006)	(1.913)	0	(5.510)	(76.729)
Saldo em	31.12.2021	45	8.091	6.592	9.252	271	118	1.162	3.040	(2.104)	26.469

		INTANGÍVEIS				
		SOFTWARE*	INTANGÍVEL EM DESENVOLVIMENTO	CONSÓRCIO	TOTAL INTANGÍVEIS	
Saldo em	31.12.2020		18	1.554	305	1.878
	Custo		5.842	1.554	305	7.702
	Depreciação/Amortização acumulada		(5.824)	0	0	(5.824)
Saldo em	31.12.2020		18	1.554	305	1.878
	Depreciação, amortização e exaustão		(14)	0	0	(14)
	Adições		0	0	0	0
	Baixas		0	0	(181)	(181)
Saldo em	31.12.2021		5	1.554	124	1.683
	Custo		5.842	1.554	124	7.521
	Depreciação/Amortização acumulada		(5.838)	0	0	(5.838)
Saldo em	31.12.2021		5	1.554	124	1.683

A Companhia optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*), ajustando os saldos de abertura na data de transição para os novos CPCs em 1º de janeiro de 2009 em contrapartida à rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

A Administração da Cromex concluiu não ser necessário realizar quaisquer ajustes por perda no valor recuperável dos ativos (*impairment*), pois não identificou quaisquer evidências externas ou internas de que seus ativos poderiam indicar perda em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

10 Direito de uso

(a) Direito de uso de arrendamento	2021	2020
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	4.777	2.921
Amortização	(2.243)	(1.715)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.534	1.206
(b) Passivo de arrendamento		
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	5.218	2.840
Pagamentos	(2.607)	(1.792)
Juros - Arrendamento Mercantil	304	235
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.915	1.283
Passivo Circulante	2.915	1.283

11 Empréstimos e financiamentos

Empréstimos, financiamentos e debêntures - saldos		
	31/12/2021	31/12/2020
Contratos de dívida no Brasil	130.710	117.025
Contratos de dívida no exterior	68.417	66.825
Total dos empréstimos	199.127	183.850
Debêntures - a pagar	26.207	27.130
Total das debêntures	26.207	27.130
Circulante	152.787	140.528
Não Circulante	72.547	70.452

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos: penhor de estoques, títulos a receber em cobrança, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e alienação de imóveis (Planta da BA – Simões Filho em seu valor total) vinculados aos respectivos contratos, além de aval pelos acionistas controladores.

A Companhia destaca que, em relação ao Circulante de Empréstimos, a mesma mantém com o Banco do Brasil uma operação denominada de "Teto Estruturado" de aproximadamente R\$ 50 milhões, cujo acordo prevê rolagens de ACC e ACE num período de até dois anos. Apesar deste acordo, pelo fato de as operações terem contratualmente prazo inferior a um ano, os montantes desta operação estão classificados no Circulante.

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Mês	Saldo Inicial	Captações	Juros Pagos	Provisão juros	Variação Cambial	Amortizações	Saldo em 31/12/2021
Janeiro de 2021	210,980	93,013	(0,332)	0,263	3,735	(98,325)	209,334
Fevereiro de 2021	209,334	69,246	(0,211)	0,367	0,672	(60,326)	219,082
Março de 2021	219,082	64,796	(0,260)	0,571	1,748	(72,122)	213,814
Abril de 2021	213,814	59,047	(0,927)	1,868	(3,582)	(61,497)	208,722
Mai de 2021	208,722	57,514	(0,436)	0,040	(2,146)	(53,275)	210,420
Junho de 2021	210,420	62,223	(0,257)	0,032	(2,918)	(64,950)	204,551
Julho de 2021	204,551	73,157	(0,322)	0,096	1,478	(70,812)	208,148
Agosto de 2021	208,148	56,457	(0,274)	0,012	0,367	(54,038)	210,671
Setembro de 2021	210,671	71,564	(0,280)	0,036	3,699	(72,212)	213,478
Outubro de 2021	213,478	60,098	(0,591)	3,955	1,793	(52,567)	226,165
Novembro de 2021	226,165	79,671	(0,513)	0,862	(0,285)	(78,729)	227,171
Dezembro de 2021	227,171	84,927	(0,439)	0,820	(0,513)	(86,632)	225,334
		831,711	(4,842)	8,922	4,049	(825,485)	

Cronograma de amortização do endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, projetamos a amortização do principal atualizado de juros e correção monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures. O quadro abaixo apresenta a expectativa de amortização, por ano de vencimento:

Ano	
2022	152.787
2023	13.019
2024	12.615
2025	11.607
2026	35.306
Total	225.334

Covenants

Os empréstimos estão sujeitos a cláusulas restritivas de acordo com as práticas usuais de mercado que estabelecem, além de determinadas obrigações de praxe e a manutenção de índices financeiros, conforme segue, cujo descumprimento pode ocasionar o vencimento antecipado:

2021 - Covenants		
	Realizado	Covenant
Dívida Líquida (R\$/MM)	221.960	≤ R\$ 155.000
CAPEX (R\$/MM)	2.333	≤ R\$ 5.000

Além dos *covenants* quanto à manutenção dos índices financeiros, a Companhia possui restrições não financeiras, principalmente em relação a decisões de negócios, incluindo manutenção do controle acionário, reestruturações societárias, alienação de ativos, contratação de empréstimos, inadimplência quanto a licenças de operação e outras obrigações comerciais e financeiras de valor mais relevante.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um “waiver” pelos credores quanto ao atingimento dos índices de medição dos *covenants* citados acima.

12 Fornecedores

	Fornecedores	
	31/12/2021	31/12/2020
Nacionais	70.454	63.456
Estrangeiros	2.022	3.874
(-) Ajuste a valor presente	(1.382)	(1.201)
	71.094	66.129
Circulante	71.094	66.129

Os saldos de fornecedores nacionais e estrangeiros referem-se, substancialmente, a obrigações a pagar decorrentes de compra de matéria-prima, tais como resinas, dióxido de titânio, negro de fumo, carbonatos, aditivos e pigmentos. Os prazos médios de pagamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 indicam 47 dias para as compras locais (e 48 dias para compras externas em 31 de dezembro de 2021 e 2020).

13 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

Obrigações trabalhistas e previdenciárias		
	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias	2.570	1.953
INSS	1.985	6.370
Salários e encargos	11	731
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	572	579
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	480	365
Participação nos Lucros e Resultados (PLR)	7.022	5.015
Parcelamento do INSS	10.941	8.095
Total obrigações trabalhistas e previdenciárias	23.581	23.108
Circulante	23.338	18.395
Não circulante	243	4.713

Em 2019, a Companhia aderiu ao parcelamento ordinário simplificado do INSS parte empresa em 60 (sessenta) parcelas.

Política contábil

Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias, planos de saúde, entre outros, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (“PLR”), tendo como base as contribuições das equipes e das unidades de negócio e o desempenho da Companhia medido através de indicadores de desempenho. A Cromex efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como despesa operacional.

14 Provisão para contingências

14.1 Perdas prováveis

A Cromex é parte envolvida em ações trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de consultores legais. As variações dos processos judiciais são as seguintes:

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	6.172	7.756
Total	6.172	7.756

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas				
	31/12/2020	Adições	Baixas / reversões	31/12/2021
Trabalhistas	7.756	2.164	(3.747)	6.172
Total provisões	7.756	2.164	(3.747)	6.172

As provisões trabalhistas referem-se a ações movidas contra a Companhia por ex-funcionários, cujos pedidos são basicamente de pagamento de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas entendidas como devidas em razão de responsabilidade subsidiária. Os valores provisionados referem-se às melhores estimativas apuradas para cada processo como perda efetiva (mitigação provável).

14.2 Perdas possíveis

A Companhia possui passivos contingentes, de natureza tributária, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificadas como possível pela Administração e por seus assessores legais. O montante principal destes processos em 31 de dezembro de 2020 perfazia o valor de R\$ 57.534 e em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 34.049.

Na opinião da Administração, baseada em seus consultores jurídicos, os principais passivos contingentes, avaliados com a probabilidade de perda possível, estão resumidos abaixo:

- Manifestações de inconformidade apresentada em face dos despachos decisórios que não reconhecem a totalidade dos créditos de IPI.
- Execução fiscal visando à cobrança de crédito indevido de ICMS relativo a benefício concedido por outro Estado não autorizado pelo CONFAZ (matéria já pacificada pela Lei complementar 160/2017 e Convênio ICMS 190/2017), e demais discussões sobre débitos relativos ao ICMS.

15 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital integralizado é de R\$ 134.125, representado por 134.125.065 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva legal e informações sobre reserva de subvenção e ajuste de avaliação patrimonial

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A Reserva de subvenção, é o conjunto de contas, do patrimônio líquido, destinado aos registros de subvenções para investimentos, que são previstos em lei que concedeu o incentivo fiscal. O ajuste da avaliação patrimonial consiste no resultado do valor da avaliação dos bens em relação ao seu valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, por duas partes dispostas a isso e independentes entre si.

Lucro do exercício por ação

O cálculo do número ponderado de ações em 31/12/2021 é:

Para fins de cálculo de lucro por ação, utilizar-se-á o número ponderado de ações de 134.125.

O cálculo do lucro básico por ação está assim apresentado:

	Lucro (Prejuízo) básico por ação	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	19.106	33.448
Média ponderada do número de ações - milhares	134.125	134.125
Lucro líquido do exercício por ação (R\$)	0,142	0,249
Quantidade de ações em 31/12/2021	134.125	134.125
Emissão de ações		
Quant. ponderada de ações em 31/12/2021	134.125	134.125

16 Receita líquida de vendas

	Receita líquida de vendas	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta:		
Mercado interno - indústria	574.310	429.988
Mercado externo - indústria	85.233	56.383
Prestação de serviços por industrialização	5.984	5.473
	665.527	491.844
Impostos sobre vendas	(114.822)	(86.574)
Abatimentos e devoluções	(11.282)	(5.824)
Incentivo fiscal (Desenvolve)	21.075	15.001
Receita líquida de vendas	560.498	414.447

Política contábil

A receita é reconhecida quando a Cromex transfere para seus clientes todos os riscos e benefícios significativos referentes à propriedade do produto vendido. A receita está apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda e é reconhecida pelo valor justo recebido ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e as receitas e os custos puderem ser medidos de forma confiável.

No mercado interno, a Cromex vende substancialmente nas modalidades CIF e FCA. No mercado externo, dependendo da modalidade contratada, a receita de venda pode ser reconhecida quando o produto for disponibilizado no porto de embarque, carregado no navio, no porto de descarga ou entregue no armazém do cliente. São utilizados os modais CIF, FOB, FCA e EXW.

A receita é reconhecida pelo valor justo estimado da contraprestação total a receber. Em 2021, o ajuste ao valor presente (AVP) é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Desta forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a estes ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

17 Custo e despesas por natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado do exercício utilizando uma classificação das despesas baseada em sua função. A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	Despesas por Natureza	
	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas consumidas	(399.678)	(289.328)
Outros insumos aplicados na produção	-	(13)
Materiais de revenda	6.920	5.016
Pessoal e encargos	(49.867)	(50.256)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(5.617)	(4.165)
Comissões	(2.689)	(919)
Fretes	(21.827)	(16.880)
Depreciações e amortizações	(3.736)	(5.979)
Serviços de terceiros	(7.835)	(10.371)
Consultorias e assessoria legal	(2.785)	(2.285)
Manutenção predial e móveis e utensílios	(507)	(405)
Materiais de segurança e limpeza	(2.110)	(2.023)
Materiais de teste e amostras	-	(249)
Propaganda e marketing	(264)	(208)
Aluguéis	(2.971)	(1.141)
Locações temporárias (máquinas, veículos e outi	(939)	(92)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9)	(2.388)
Viagens, estadas e reembolsos diversos	(391)	(403)
Seguros	(430)	(573)
Energia elétrica	(7.998)	(6.748)
Água	(828)	(536)
Telefonia e comunicações	(377)	(337)
Outras	(5.906)	(4.525)
Total	(509.844)	(394.808)
Custo dos produtos vendidos	(488.518)	(351.122)
Despesas com vendas	(8.633)	(19.188)
Despesas gerais e administrativas	(12.693)	(24.498)
Total	(509.844)	(394.808)

18 Outras receitas e (despesas) operacionais, líquida

Outras receitas (despesas) operacionais		
	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais		
Créditos fiscais extemporâneos (PIS, COFINS e INSS)	230	230
Crédito Fiscal Pis/Cofins sobre ICMS	6.780	42.962
Outras	5.962	799
	12.972	43.991
Outras despesas operacionais		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(4.276)
Outras despesas c/ Impostos	(690)	(2.581)
	(690)	(6.857)
Total	12.282	37.134

O valor apresentado em 2021, no valor de R\$ 5.962, classificado como outras receitas, refere-se a Lucro da Exploração, R\$ 5.100, além de outras receitas com vendas de sucatas no valor de R\$ 861.

O Valor de R\$ 6.780, refere-se ao ganho do ano de 2021 do crédito da Exclusão do ICMS da Base do Pis e da Cofins.

19 Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro		
	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(31.254)	(26.156)
Despesas bancárias e IOF	(1.317)	(409)
AVP sobre Passivo	923	(157)
Juros sobre pagamentos de fornecedores	(2.166)	(3.013)
Juros sobre pagamento de impostos	(1.738)	(1.636)
Outras despesas	(2.574)	(1.709)
	(38.126)	(33.080)
Receitas financeiras		
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	13.599	9.980
Rendimentos de aplicações financeiras	1	-
Juros sobre crédito de clientes em atraso	113	(11)
Outras receitas	3.931	34.699
	17.644	44.668
Variação cambial		
Variação cambial passiva	(23.207)	(374.342)
Variação cambial ativa	19.120	357.447
	(4.087)	(16.895)
Resultado financeiro Líquido	(24.569)	(5.307)

20 Partes relacionadas

Contrato de mútuo ativo

A Companhia possui o contrato de mútuo com a Duge Participações Ltda., acionista controlador, firmado em 03 de agosto de 2010, sobre os quais incidem encargos de 7,69% ao ano, com prazo de liquidação indeterminado. Em janeiro de 2019, foi elaborado aditivo ao contrato de mútuo, alterando a incidência de encargos, sobre o saldo devedor para taxa Selic acrescidos de 0,30% ao mês.

Ativo não circulante	Saldo Inicial 31/12/2020	Juros	Saldo Final 31/12/2021
Duge Participações Ltda	161.519	13.415	174.934

Recuperabilidade do saldo de Partes relacionadas (DUGE)

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total do contrato atualizado é de R\$ 174.934 (R\$161.519 em 31 de dezembro de 2020).

A amortização do saldo contratual é prevista, substancialmente, pelo pagamento de dividendos futuros a serem distribuídos, considerando o compromisso do acionista Duge Participações Ltda., em utilizar os mesmos para pagamento gradual do mútuo (compensação), consoante o plano de negócios da Companhia. O ativo será realizado pelo prazo máximo de 10 anos. O vencimento do Contrato de Mútuo é em dezembro de 2025.

Contrato de mútuo Passivo

A Companhia possui o contrato de mútuo com a Plann Participações S/A. e Sampal Participações Ltda., empresas do mesmo grupo, firmado em 31 de dezembro de 2020, sobre os quais incidem encargos de CDI+1% ao ano, com prazo de liquidação em 30 de junho de 2026.

Passivo não circulante	Saldo Inicial 31/12/2020	Juros	Saldo Final 31/12/2021
Plann Participações S/A	3.500	187	3.687
Sampal Participações Ltda	5.000	268	5.268
Total	8.500	455	8.955

21 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração total, incluindo encargos sociais e bônus referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está demonstrada a seguir:

Remuneração do pessoal chave da administração		
	31/12/2021	31/12/2020
Salários com encargos	4.361	6.045
Gratificações e benefícios	2.389	564
Total	6.750	6.609

22 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com suporte e operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro vigentes contratadas com terceiros, as apólices são renovadas anualmente:

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

Seguros	
Ramo	Importância segurada
Incêndio e avarias de bens do imobilizado, estoques e despesas fixas	95.851
Crédito (perdas com recebíveis de exportação)	7.650
Transportes (nacional e internacional)	2.100
Responsabilidade civil (D&O)	40.000
	145.601